

FACE AO CONFLITO NO NORTE, O QUE PODE MOÇAMBIQUE APRENDER COM A SUA PRÓPRIA GUERRA CIVIL (1976-1992)?

UMA ANÁLISE DAS DINÂMICAS DA INSURGÊNCIA EM CABO DELGADO¹

Salvador Forquilha e João Pereira

INTRODUÇÃO

A história de Moçambique dos últimos 50 anos tem sido marcada por ciclos de violência armada de contestação ao Estado, não só colonial, como também pós-colonial. Com efeito, desde a guerra anticolonial levada a cabo pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), passando pela guerra civil, que opôs a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) ao Governo da Frelimo, até às crises político-militares pós-eleitorais, a violência armada tem estado presente no processo da construção do Estado em Moçambique.

No início de Outubro de 2017, começou uma outra contestação violenta ao Estado na província de Cabo Delgado. No dia 5 de Outubro de 2017, um grupo de homens armados atacou as instituições do Estado na vila sede de Mocímboa da Praia. Inicialmente associado a um banditismo de mera perturbação da ordem pública, o fenómeno ganhou rapidamente proporções alarmantes. Os ataques começaram a multiplicar-se. Dois meses depois do primeiro ataque, a Polícia já havia detido 251 suspeitos, dos quais 37 eram cidadãos de nacionalidade tanzaniana (O País, 2017). Em Dezembro de 2017, a Polícia da República de Moçambique, ao mais alto nível, esteve na zona e visitou os distritos de Mocímboa da Praia e Palma. No comício popular que realizou na vila sede de Mocímboa da Praia, o Comandante Geral da Polícia, Bernardino Rafael, deu um «ultimato» aos atacantes de Mocímboa da Praia, decretando sete dias para se entregarem às autoridades (O País, 2017). No entanto, a violência continuou e, nas semanas e meses que se seguiram ao ataque à vila sede de Mocímboa da Praia, a situação de segurança piorou no terreno e os ataques espalharam-se para outros distritos da zona norte de Cabo Delgado. Entre finais de Março e meados de Abril de 2020, a violência armada atingiu níveis nunca vistos antes, com o assalto e a ocupação temporária de quatro

¹ Este texto é uma versão revista e aumentada do *Boletim Ideias* 130, (Forquilha e Pereira, 2020).

vilas nos distritos de Mocímboa da Praia, Quissanga, Muidumbe e Ibo. Que factores estão na origem do avanço da insurgência no terreno? Que tipo de relação se vai desenvolvendo entre os insurgentes e as populações locais? Existe algum potencial para que a insurgência se alastre para o Sul, em direcção à zona costeira de Nampula? Como tem vindo o Estado a responder à insurgência? Estas perguntas são uma parte importante do programa de pesquisa intitulado «Estado, violência e desafios de desenvolvimento no Norte de Moçambique», em curso no IESE desde Agosto de 2019.

Fazendo uso do material produzido no âmbito do programa de pesquisa acima mencionado, este texto analisa as dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado e procura interrogar o que Moçambique pode aprender com os seus ciclos de violência armada, particularmente a guerra civil, para fazer face ao actual conflito no Norte do País. O texto sublinha o argumento, segundo o qual, apesar das diferenças entre a guerra civil e a insurgência em Cabo Delgado, por exemplo no que se refere a actores e mensagem, existem aspectos semelhantes do ponto de vista das dinâmicas do conflito e da estruturação da resposta do Estado. Estas diferenças e semelhanças remetem-nos para a reflexão sobre eventuais lições que Moçambique pode tirar da experiência da sua guerra civil (1976-1992), na busca de respostas para a insurgência em Cabo Delgado.

A INSURGÊNCIA EM CABO DELGADO: UM CONFLITO DIFERENTE COM DINÂMICAS SEMELHANTES

Apesar da controvérsia sobre as causas e motivações do conflito armado que assola Cabo Delgado desde inícios de Outubro de 2017, as poucas pesquisas que existem, baseadas em trabalho de campo, mostram que o grupo na origem do primeiro ataque a Mocímboa da Praia está ligado a uma seita religiosa, localmente conhecida pela designação de Al-Shabaab, cuja presença em alguns distritos de Cabo Delgado se fez sentir, sobretudo a partir dos anos 2010 e particularmente em Balama, Chiúre, Montepuez, Macomia e Mocímboa da Praia (Morier-Genoud, 2019; Habibe, Forquilha & Pereira, 2019). No início, um grupo meramente religioso que pregava e reivindicava a prática de um Islão radical, a instauração da *Sharia* e se opunha a todo o tipo de colaboração com o Estado, o Al-Shabaab passou a incorporar células militares e endureceu o seu discurso a partir de finais de 2015, tendo passado para a acção armada em 2017. Começava assim um novo ciclo de violência armada em Moçambique, que se articulava à volta de um discurso religioso e explorava e mobilizava as diferentes tensões existentes a nível local, nomeadamente as tensões étnicas, sociais, políticas e económicas. Se, por um lado, este novo ciclo de violência armada, como veremos adiante, possui elementos semelhantes aos ciclos passados, por outro lado, ele é diferente, sobretudo quando comparado com a guerra civil (1976-1992).

A GUERRA CIVIL (1976-1992) E A INSURGÊNCIA EM CABO DELGADO: AS DIFERENÇAS QUE CONTAM

O fim da guerra anticolonial, em 1974, não significou necessariamente o fim da violência armada em Moçambique. Com efeito, tendo alcançado a independência num contexto regional extremamente tenso, caracterizado pela existência de regimes minoritários brancos racistas na Rodésia e na África do Sul, Moçambique começou a ser vítima de uma agressão externa em 1976, que, mais tarde, se transformou em guerra civil movida pela Renamo (Geffray, 1990; Cahen, 2002; Cabrita, 2000; Hall & Young, 1997; Morier-Genoud, Cahen & Rosário, 2018). Apresentada pelo discurso político oficial como guerra de desestabilização, para sublinhar a sua natureza externa e, por via disso, negar a sua dimensão doméstica, a guerra civil que devastou Moçambique durante 16 anos é diferente da insurgência em curso em Cabo Delgado em muitos aspectos. Para o nosso propósito neste texto, gostaríamos de mencionar, entre outras, ainda que resumidamente, duas grandes diferenças. A primeira diferença refere-se aos actores. Com efeito, diferentemente da guerra civil, em que temos o envolvimento (directo/indirecto) de actores estatais externos, no contexto das dinâmicas da Guerra Fria e da correlação de forças a nível regional, e um grupo doméstico sem pretensões religiosas, em Cabo Delgado, pelo menos no início, não existem evidências do envolvimento de actores estatais externos e o grupo doméstico, que corporiza a violência armada, e tem pretensões claramente religiosas, possui origens locais, embora com contactos fora de Moçambique e a participação de estrangeiros radicais que se instalaram localmente via alianças de casamentos (Habibe, Forquilha & Pereira, 2019). Nesse sentido, não se pode olhar para o Al-Shabaab em Cabo Delgado como uma mera criação externa, tal como o discurso oficial pretendia fazer crer em relação à Renamo no contexto da guerra civil. A segunda diferença entre a guerra civil e a insurgência em Cabo Delgado que nos parece importante referir diz respeito à mensagem dos grupos que movem a contestação violenta ao Estado. Com efeito, enquanto na guerra civil, o grupo doméstico (a Renamo) não punha em causa os fundamentos do Estado moçambicano (por exemplo, a laicidade do Estado), em Cabo Delgado, o Al-Shabaab, desde o início, embora de uma forma pouco elaborada, defendem a necessidade da instauração de um Estado com fundamentos religiosos, nomeadamente a *Sharia* (Morier-Genoud, 2019; Habibe, Forquilha & Pereira, 2019). Estas diferenças parecem-nos relevantes e, por isso mesmo, não podem ser ignoradas no desenho de respostas à violência que se vive em Cabo Delgado, sob o risco de se agravar ainda mais o problema. Mas, se é verdade que a comparação entre a guerra civil e a insurgência em Cabo Delgado traz ao de cima diferenças importantes, também não é menos verdade que existem semelhanças do ponto de vista das dinâmicas do desenvolvimento da própria violência armada. É disso que nos vamos ocupar nas linhas a seguir.

A INSURGÊNCIA EM CABO DELGADO: OUTRO CONFLITO, DINÂMICAS SEMELHANTES

Desde a eclosão do conflito armado a 5 de Outubro de 2017, foi-se construindo e consolidando um discurso oficial segundo o qual a insurgência em Cabo Delgado «não tem rosto nem mensagem». Muitas vezes repetido, quase mecanicamente, pelos meios de comunicação social, este discurso fazia *tabula rasa* da «arqueologia»² e da etnografia da insurgência, ou seja, das evidências do terreno. Com efeito, além das inúmeras denúncias feitas pelos líderes muçulmanos locais junto das autoridades governamentais sobre a existência de jovens com tendências radicais nas mesquitas locais, em Janeiro de 2018, circulou o primeiro vídeo mostrando seis jovens que, empunhando armas de fogo de tipo AK-47, com rostos semicobertos e fazendo referência ao ataque a Mocímboa da Praia, apelavam aos moçambicanos que se juntassem-se ao grupo para lutar contra satanás, que, no seu entender, colocava em risco os ensinamentos de Alá. Três meses depois, numa matéria intitulada «Terrorismo em Palma: dez pessoas foram decapitadas no posto administrativo de Ulombe», a Televisão de Moçambique (TVM) exibiu o vídeo acima mencionado no seu telejornal do dia 30 de Maio de 2018, referindo que o grupo que tinha atacado Mocímboa da Praia em Outubro de 2017 já tinha reivindicado o ataque através da gravação do vídeo (TVM, 2018).

Em Junho de 2019, começaram a surgir as primeiras reivindicações por parte do Estado Islâmico relativamente à autoria dos ataques. Embora não tivessem evidências sólidas, estas reivindicações foram ganhando mais consistência e frequência. Entretanto, o Estado moçambicano, que tinha mobilizado um contingente considerável das Forças de Defesa e Segurança (FDS) para a região, começou a mostrar sinais de dificuldades de combater os insurgentes. Com efeito, não só o avanço dos insurgentes no terreno era visível, como também iam surgindo relatos da falta de coordenação entre as diferentes unidades das FDS estacionadas na zona e entre estas últimas e unidades estrangeiras, nomeadamente de mercenários russos (Carta, 2020).

Quando se olha para o desenvolvimento da violência armada em Cabo Delgado, constata-se que algumas das dinâmicas, quando comparadas com as ocorridas durante a guerra civil, não são completamente novas. Para o nosso propósito neste texto, gostaríamos de mencionar, pelo menos, dois aspectos, nomeadamente o avanço da insurgência e a estruturação da resposta do Estado.

² Tomámos a expressão «arqueologia» de Eric Morier-Genoud e Justo Nauva, na sua apresentação intitulada «Arqueologia da insurreição: a dinâmica religiosa», no painel sobre a história dos insurgentes em Cabo Delgado, no âmbito da conferência internacional sobre «Insurgências islamitas em África: história, dinâmicas e elementos comparativos», organizada pelo IESE, em Maputo, nos dias 5 e 6 de Dezembro de 2019.

COMO EXPLICAR O AVANÇO DA INSURGÊNCIA?

O que inicialmente foi considerado pelas autoridades moçambicanas como um mero acto de banditismo e de perturbação de ordem pública, transformou-se, em poucos meses, num conflito armado complexo, com morte de muitos cidadãos indefesos, destruição de infra-estruturas públicas, habitações e a consequente crise humanitária de populações deslocadas. Independentemente do debate sobre as causas/motivações do conflito, as evidências do terreno mostram que o avanço da insurgência é alimentado pelas múltiplas clivagens, nomeadamente étnicas, históricas, sociais e políticas, existentes. A este respeito, no seu trabalho sobre geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado, no âmbito do programa de pesquisa do IESE acima mencionado, Brito (2020) mostra a ligação entre o desenvolvimento da insurgência e as clivagens locais. Com base na análise da dinâmica do voto nos distritos de Cabo Delgado, desde as primeiras eleições multipartidárias em 1994, Brito sublinha que «a insurgência parece desenvolver-se, atendendo à pouca informação disponível, em áreas e no seio de populações marginalizadas pelo Estado, mobilizando sobretudo jovens em ruptura com o Estado, mas também com a sociedade “tradicional”, na medida em que adotam uma prática fundamentalista do Islão» (Brito, 2020: 6). A literatura sobre a guerra civil em Moçambique mostra como a Renamo mobilizou as clivagens locais em seu favor (Geffray, 1990; Cahen, 2002; Morier-Genoud, Cahen & Rosário, 2018). Referindo-se ao conflito em Cabo Delgado, Brito sublinha que «neste aspecto, parece estarmos perante o mesmo tipo de dinâmica que caracterizou a guerra conduzida pela Renamo: a chegada de um grupo armado, portador de um discurso de contestação da ordem estabelecida, age como acelerador do descontentamento social e radicaliza as clivagens sociopolíticas, por vezes históricas, que pré-existem localmente» (Brito, 2020: 6). Isso permitiu ao Al-Shabaab encontrar um certo apoio por parte de sectores mais marginalizados, particularmente os jovens, que, em alguns casos, venderam o pouco que tinham e foram juntar-se ao grupo (Habibe, Forquilha & Pereira, 2019). Graças a este apoio, o Al-Shabaab conseguiu montar uma eficiente rede de suporte logístico e de recolha de informação, constituída por jovens repartidos em pequenos grupos, inseridos nas comunidades, localmente conhecidos por «olhos do mato».³ De acordo com as nossas entrevistas, além do suporte logístico, estes jovens efectuem vigilância e mantêm os insurgentes informados sobre as movimentações das FDS na zona, facto que joga um papel importante no lançamento das operações militares do grupo e no seu avanço no terreno. Neste sentido, tal como aconteceu com a Renamo durante a guerra civil, pode-se dizer que o Al-Shabaab conseguiu, de alguma forma, penetrar no tecido social das comunidades locais, o que permite ao grupo maior mobilidade no terreno e eficiência nas operações militares. O segundo elemento que nos parece

³ Uma semana antes do segundo ataque à vila sede de Mocimboa da Praia, seis jovens pertencentes à rede caíram nas mãos das FDS e confessaram a sua ligação ao grupo. Para detalhes, ver <https://www.youtube.com/watch?v=KIY3x3KtuKl>.

relevante mencionar, e que nos remete para semelhanças com as dinâmicas da guerra civil, é a estruturação da resposta do Estado.

A RESPOSTA DO ESTADO

À semelhança do que aconteceu na fase inicial da guerra civil, as evidências no terreno mostram que o Estado moçambicano subestimou a real dimensão da ameaça que o fenómeno de Cabo Delgado representava. Com efeito, a desvalorização pelas autoridades governamentais das denúncias feitas pelas lideranças religiosas muçulmanas locais, bem antes do primeiro ataque a Mocímboa da Praia (Savana, 2020; Habibe, Forquilha & Pereira, 2019; Chichava, 2020), o «ultimato» surrealista dado pela Polícia moçambicana aos insurgentes para entregarem as armas num prazo de uma semana (O País, 2017) e a insistência sistemática no discurso segundo o qual a insurgência em Cabo Delgado «não tinha rosto nem mensagem», quando a realidade no terreno apontava para a existência de jovens radicalizados no grupo dos atacantes, sugerem que as autoridades governamentais encaravam os ataques em Cabo Delgado como um simples banditismo de perturbação da ordem e da tranquilidade pública. Isto, no nosso entender, contribuiu para que a resposta do Estado fosse improvisada e pouco ajustada às exigências da real ameaça do fenómeno de radicalização, privilegiando, muitas vezes, a tese da conspiração externa, em detrimento de factores internos que alimentam a insurgência, nomeadamente clivagens de ordem social, étnica, económica e política. Aliás, quando o Estado moçambicano decidiu, publicamente, posicionar-se sobre o conflito em Cabo Delgado, através do Conselho Nacional de Defesa e Segurança (CNDS), na sequência da sua reunião de 23 de Abril de 2020, atribuiu a autoria dos ataques ao Estado Islâmico e, por isso mesmo, considerou que o País estava em presença de «uma agressão externa» (Notícias, 2020). Neste aspecto, a semelhança com o que se passou relativamente à guerra civil é flagrante, na medida em que, durante muito tempo, a Renamo foi vista como uma mera criação dos regimes racistas minoritários brancos da região (Rodésia e mais tarde a África do Sul) com a única finalidade de desestabilizar o Estado moçambicano e, por conseguinte, a guerra não era mais do que «uma agressão externa». No entanto, a tese da «agressão externa», embora verdadeira, escondia toda uma dinâmica interna marcada por clivagens sociais, políticas e económicas, que transformaram a «agressão externa» num conflito interno de grandes proporções e consequências dramáticas. Relativamente a Cabo Delgado, seria importante que Moçambique aprendesse com essa sua experiência da guerra civil.

Se é verdade que, nos últimos tempos, a reivindicação dos ataques pelo Estado Islâmico denuncia factores externos no conflito, também não é menos verdade que evidências do terreno mostram que o desenvolvimento da insurgência em Cabo Delgado tem-se alimentado consideravelmente de factores internos, cristalizados em múltiplas clivagens locais. Negar

este facto seria perigoso para a própria resposta do Estado a este conflito. Na verdade, seria um erro pensar que os Al-Shabaab em Cabo Delgado é uma criação do Estado Islâmico. Aliás, a arqueologia e a etnografia da insurgência em Cabo Delgado, acima referidas, sugerem que as origens do grupo são locais, embora se possa falar de elementos estrangeiros no seu seio (Morier-Genoud, 2019; Habibe, Forquilha & Pereira, 2019). De facto, quando se olha para a literatura sobre os movimentos jihadistas violentos em África e a sua relação com o terrorismo global, pode-se constatar que o caso dos Al-Shabaab de Cabo Delgado não constitui uma excepção (Hansen, 2018; Oyewole, 2015; Forest & Giroux, 2011). Trata-se de grupos que resultam das dinâmicas locais e, num certo momento, procuram uma conexão com o terrorismo global prometendo lealdade. Todavia, tal como Hansen (2018) sublinha, nessa conexão, é preciso não perder de vista a relevância da dimensão local dos grupos, na medida em que são as múltiplas clivagens locais que permitem que as insurgências se desenvolvam. Por conseguinte, é importante que a resposta do Estado moçambicano ao conflito em Cabo Delgado não se estruture unicamente em função da dimensão externa, nomeadamente «a agressão externa» protagonizada, segundo o CNDS, pelo Estado Islâmico. É preciso que a resposta do Estado aborde e dê o devido lugar aos factores internos da violência armada, cristalizados nas múltiplas tensões sociais, políticas e económicas que existem a nível local, para evitar que o conflito não só se intensifique, mas também, acabe por se alastrar para outras zonas do Norte de Moçambique.

CONCLUSÃO

Face à actual violência armada no Norte, Moçambique pode aprender com a experiência da sua própria guerra civil (1976-1992), facto que poderia permitir uma melhor abordagem do conflito em curso em Cabo Delgado. A este respeito, com base nas dinâmicas da insurgência no terreno, procurámos destacar dois aspectos relevantes ao longo do texto. O primeiro aspecto refere-se à maneira como a insurgência avança no terreno. Aqui, à semelhança do que aconteceu na guerra civil, a mobilização das clivagens sociais, políticas e económicas preexistentes por parte dos grupos que movem a contestação violenta ao Estado constitui um elemento fundamental na construção de narrativas, que facilitam o avanço da insurgência no terreno. O segundo aspecto prende-se com a maneira como o Estado estrutura a sua resposta ao conflito. A partir da experiência da guerra civil, é importante que o Estado não desenhe a sua resposta, unicamente, em função da dimensão externa do conflito, nomeadamente a «agressão externa» movida pelo Estado Islâmico. É preciso que a resposta do Estado se estruture também, e sobretudo, com base nos factores domésticos do conflito, aqueles que fazem avançar a insurgência no terreno, ou seja, as clivagens sociais, políticas e económicas que existem a nível local.

REFERÊNCIAS

- Brito, L. (2020). «Geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado». In: S. Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo: IESE pp. 53-60.
- Cabrita, J. (2000). «Mozambique: The Toruous Road to Democracy». Basingstoke: Palgrave.
- Cahen, M. (2002). *Les bandits. Un historien au Mozambique, 1994*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian.
- Carta (2020). «De como os mercenários russos da Wagner perderam a guerra contra os terroristas no norte de Moçambique». Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/politica/item/4944-de-como-os-mercenarios-russos-da-wagner-perderam-a-guerra-contra-os-terroristas-no-norte-de-mocambique> (consultado a 25 de Abril 2020).
- Chichava, S. (2020). «Os primeiros sinais do Al-Shabaab em Cabo Delgado». *Boletim Ideias* 129. Maputo: IESE.
- Forest, J. & Giroux, J. (2011). «Terrorism and political violence in Africa. Contemporary trends in a shifting terrain». *Perspectives on Terrorism*. 5 (3-4).
- Forquilha, S. e Pereira, J. (2020). «Face ao conflito no Norte, o que Moçambique pode aprender da sua própria guerra civil (1976-1992)? Uma análise das dinâmicas da insurgência em Cabo Delgado». *Boletim Ideias* 130. Maputo: IESE.
- Geffray (1990). *La Cause des Armes au Mozambique. Anthropologie d'Une Guerre Civile*. Paris: Karthala.
- Habibe, S., Forquilha, S. & Pereira, J. (2019). «Islamic Radicalization in Northern Mozambique. The Case of Mocimboa da Praia». *Cadernos IESE*. (17). Maputo: IESE.
- Hall, M. & Young, T. (1997). *Conforming Leviathan. Mozambique Since Independence*. Londres: Hurst & Company.
- Hansen, S. J. (2018). *Horn, Sahel and Rift. Fault-lines of the Africa Jihad*. Londres: Hurst Publishers.
- Morier-Genoud, E. (2019). «Tracing the history of Mozambique's mysterious and deadly insurgency». *The Conversation*. Disponível em: <https://theconversation.com/tracing-the-history-of-mozambiques-mysterious-and-deadly-insurgency-111563> (consultado a 20 de Abril de 2020).
- Morier-Genoud, E., Cahen, M. & Rosário, D. (2018). *The War Within. New perspectives on the Civil War in Mozambique 1976-1992*. Nova Iorque: James Currey.
- Notícias (2020). «Situação em Cabo Delgado. Estamos sob agressão externa.»
- O País (2017). «Polícia dá sete dias aos atacantes de Mocimboa da Praia para se entregarem.»
- Oyewole, S. (2015). «Boko Haram and the war against terrorism in the lake Chad region». *Strategic Analysis*. 39 (4), 428-432.

Savana (2020). «Sheik Aminuddin e a situação em Cabo Delgado. Governo não ligou aos avisos».

TVM (2018). «Terrorismo em Palma: dez pessoas foram decapitadas no Posto Administrativo de Ulombe».